SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 23

1

GOVERNANÇA DE DADOS NO PODER JUDICIÁRIO E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: O ARTIGO 26 DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 615/2025 27

Márcia Haydée Porto de Carvalho

1.1. Introdução 27
1.2. Governança algorítmica no Poder Judiciário 29
1.3. Os limites do modelo de governança de dados 34
1.4. Os avanços e insuficiências do art. 26 da Resolução CNJ nº 615/2025 37
1.5. Conclusão 40
Referências 41

2

A "DUPLA CAIXA-PRETA": TRANSPARÊNCIA E LETRAMENTO DIGITAL NO USO DE IA GENERATIVA PELO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO À LUZ DA RESOLUÇÃO 615/2025 DO CNJ 43

Álvaro Sampaio Corrêa Neto e Cristina Mendes Bertoncini Corrêa

2.1. Introdução 44
2.2. Da IA Especializada à IA Generativa: o percurso normativo do CNJ 46
2.3. O deslocamento do eixo de confiança e o magistrado como curador 48
2.4. A Opacidade do art. 33, § 3º, da Resolução 615/2025 e a necessidade de letramento digital prévio 50
2.5. Considerações finais 52
Referências 53

3
A RESOLUÇÃO CNJ Nº 615/2025 E O JOGO ESTRATÉGICO INTERNACIONAL DA IA 55

Debora Bonat e Fabiano Hartmann Peixoto

3.1. Introdução 55
3.2. O problema do subdimensionamento da IA pela visão míope dos dados 59
3.3. O problema da hiperautomatização dos processos 62
3.4. A ruptura que virá pela negação de uma real gestão estratégica da IA 65
3.5. O jogo também se joga nos detalhes: IA como estratégia geopolítica das superpotências 66
3.6. Proposta de um fluxograma de diagnóstico/contraposição e caminho regulatório adequado 68
3.7. Considerações finais 69
Referências 72

4
PODE DEIXAR, EU REVISO! LIMITES DA REGULAÇÃO DA IA NO JUDICIÁRIO E MEDIDAS NECESSÁRIAS CONTRA O VIÉS DA AUTOMAÇÃO 75

Fausto Santos de Morais

4.1. Introdução 75
4.2. Regulamentação da IA no Poder Judiciário Brasileiro: entre o PL n° 2.338, a Resolução n° 615/25 do CNJ e o risco de violação aos direitos fundamentais .. 78
4.3. Medidas contra o viés da automação para uma proteção eficiente aos direitos fundamentais: a necessidade de protocolos 83
4.4. Considerações finais 90
Referências 91

5
OS DESAFIOS PRÁTICOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS NA RESOLUÇÃO CNJ N. 615: DAS ZONAS CINZENTAS ÀS AMBIGUIDADES FUNCIONAIS 95

João Sergio dos Santos Soares Pereira

5.1. Introdução 95
5.2. Inteligência artificial generativa no judiciário e os riscos da adoção imatura 98
5.3. Classificação de riscos na Resolução CNJ n° 615: limites normativos, zonas cinzentas e governança algorítmica judicial 101

5.4. O caso ASSIS/TJRJ: ambiguidades funcionais e influência algorítmica no processo decisório 104
5.5. Conclusão 108
Referências 109

6
PREDOMÍNIO DO IMAGINÁRIO DA JURISDIÇÃO CLÁSSICA NA REGULAÇÃO DE IA PELA RESOLUÇÃO CNJ 615/2025 111
Vanice Regina Lírio do Valle

6.1. Introdução 111
6.2. Contexto da edição da Resolução n° 615/2025 do CNJ 113
6.3. Manifestações do modelo clássico de oferta da jurisdição na Resolução CNJ n° 615/2025 116
6.3.1. Visão linear quanto ao desenvolvimento e implantação de soluções de IA 116
6.3.2. Conceitos vagos como estratégia defensiva em cenário ainda nebuloso 118
6.3.3. Secundarização da dimensão analítica e isolamento cognitivo 120
6.4. Conclusão 123
Referências 124

7
A RESOLUÇÃO Nº 615/2025 DO CNJ COMO MECANISMO DE CONTENÇÃO DA EXPANSÃO PENAL ALGORÍTMICA: COMENTÁRIOS AO ART. 8º À LUZ DO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA..... 127
Bruno Cavalgante Leitão Santos

7.1. Introdução 128
7.2. Expansão penal algorítmica e princípio da intervenção mínima no contexto brasileiro 129
7.2.1. Da expansão do direito penal em sociedades de risco à expansão penal algorítmica e seus reflexos na seletividade penal 130
7.2.2. O princípio da intervenção mínima como cláusula de contenção do poder punitivo e sua dimensão constitucional implícita 132
7.3. Regulação da inteligência artificial e justiça digital: o lugar da Resolução n° 615/2025 do CNJ 135
7.3.1. Percurso regulatório da inteligência artificial no Brasil e primeiras respostas institucionais em matéria de direitos fundamentais 136

7.3.2. Justiça digital, avaliação de impacto e direitos humanos: diálogos entre a Resolução n° 615/2025 e experiências internacionais..... 137
7.4. O art. 8.º da Resolução n° 615/2025 como mecanismo de contenção da expansão penal algorítmica..... 140
7.4.1. "Produtos gerados pela inteligência artificial para suporte às decisões judiciais" e seus riscos no campo penal..... 140
7.4.2. Igualdade, não discriminação e governança algorítmica: conteúdo normativo do art. 8.º e sua leitura à luz da intervenção mínima 143
7.4.3. Desafios de efetividade e propostas para a concretização do art. 8.º em matéria penal..... 144
7.5. Considerações finais 145
Referências 147

8

A LACUNA REGULATÓRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA GOVERNANÇA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: PERSPECTIVAS DE HARMONIZAÇÃO NORMATIVA À LUZ DA RESOLUÇÃO Nº 615/2025 DO CNJ 151

Lucas Carini

8.1. Introdução 151
8.2. A Resolução nº 615/2025 do CNJ: conteúdo, alcance e inovações normativas 153
8.3. Os limites constitucionais da competência regulatória do CNJ sobre o STF... 155
8.4. O uso de inteligência artificial pelo STF: do projeto VICTOR à MARIA 157
8.5. Perspectivas de harmonização normativa: por que o STF deveria se autorregular..... 159
8.6. Considerações finais 161
Referências..... 162

9

O CONTEXTO DA TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 615/2025 E A CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES INSTITUCIONAIS NO PODER JUDICIÁRIO..... 165

Saylon Alves Pereira

9.1. Introdução 166
9.2. Governança, Dados e a Infraestrutura Digital no Poder Judiciário Brasileiro..... 167
9.2.1. Justiça em Números: estatísticas oficiais do Judiciário brasileiro..... 169

9.2.2. Justiça Pesquisa: produção de conhecimento empírico para a formulação de políticas judiciárias 170
9.2.3. DATAJUD: Base Nacional de dados da Justiça 171
9.2.4. Portal unificado da justiça brasileira (Jus.br) 172
9.3. Breves apontamentos sobre o tradicional caráter "dual" da resolução 615/2025 do CNJ 174
9.4. Novas capacidades institucionais para a democracia na regulamentação da IA na resolução 615/2025 do CNJ 176
9.4.1. Transparência como condição de governança e utilização da IA 177
9.4.2. Órgãos, comitês e protocolos: a governança tecnológica interna como capacidade estruturante 179
9.4.3. Flexibilidade conjuntural e a capacidade de classificar e operacionalizar riscos 181
9.4.4. Controle social e procedimentos de acesso: auditoria externa, monitoramento e o fluxo democrático 183
9.5. Considerações finais 184
Referências 185

10
O PARADOXO DA JUSTIÇA ALGORÍTMICA: GOVERNANÇA, SUSTENTABILIDADE E EXEGESE CRÍTICA DA RESOLUÇÃO 615 DO CNJ 187
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet

10.1. Notas introdutórias 187
10.2. Fundamentação teórica 189
10.2.1. Análise da Resolução nº 615 do CNJ: o marco regulatório 199
10.3. Arremates conclusivos 205
Referências 206

11
A CATEGORIZAÇÃO DE RISCOS DO CAPÍTULO III DA RESOLUÇÃO CNJ 615/2025: COMENTÁRIOS AOS ARTIGOS 9º, 10 E 11 211
José Renato Gaziero Cella e Gustavo Rabay Guerra

11.1. Introdução 211
11.2. Uso da IA Generativa no Judiciário e Devido Processo Tecnológico 214
11.3. Desafios para a conformidade no uso da IA no Judiciário 220
11.4. Considerações finais 227
Referências 229

12
DIREITO À EXPLICAÇÃO E EXPLICABILIDADE EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO: SUFICIÊNCIA CONCEITUAL E EXECUTABILIDADE NA RESOLUÇÃO CNJ Nº 615/2025 À LUZ DA LGPD..... 235

Marcelo Fonseca Santos

12.1. Introdução 236
12.2. Direito à explicação e explicabilidade: da teoria à engenharia institucional.... 236
12.3. LGPD: transparência, revisão e limites do direito à explicação no Brasil..... 241
12.4. Resolução CNJ nº 615/2025: suficiência conceitual do marco de IA no Judiciário ... 241
12.5. Executabilidade: lacunas operacionais e um programa mínimo de conformidade explicável 243
12.6. Conclusão 245
Referências 246

13
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PROCESSO JURISDICIONAL: O DIREITO FUNDAMENTAL À REVISÃO HUMANA..... 249

Amanda Antonelo e Hadassah Laís de Sousa Santana

13.1. Introdução 249
13.2. Da decisão humana à decisão artificial 250
13.3. Entre a razão humana e a promessa algorítmica 251
13.4. O direito fundamental à revisão humana 252
13.5. Resolução CNJ n° 615/2025 e o direito à revisão humana: avanços e déficits 254
13.6. Considerações finais 258
Referências 259

14
DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO Nº 615 DE 2025 DO CNJ SOBRE A SUPERVISÃO HUMANA DA IA GENERATIVA NO PODER JUDICIÁRIO..... 263

Liziane Paixão Silva Oliveira e Victória Alves Ruenreang

14.1. Introdução 263
14.2. Supervisão humana como princípio estruturante e garantia constitucional..... 265
14.3. Uso e vedação à automatização decisória 267
14.4. Transparência, informação e supervisão no ciclo de vida da IA..... 268

14.5. Considerações finais 269
Referências 270

15
LLMS SEM ALUCINAÇÃO: IA MAIS SEGURA PARA O PROCESSO JUDICIAL 273
Sérgio Tavares-Pereira

15.1. Introdução 273
15.2. Confabulação: conceito, causa e lógica geral de prevenção 275
15.2.1. Confabulações: subconjunto das alucinações (80%) 275
15.2.2. Implicação bidirecional e entropia semântica 276
15.2.3. Entropia semântica: mobilizando indiretamente os significados 277
15.2.4. Classificação semântica (*semantic clustering*) 277
15.3. Metacognição/intervenção metacognitiva 278
15.4. Vetor/Vetorização, word2vec e sent2vec 279
15.5. Esquematização algorítmica da pesquisa 282
15.6. A IA e suas duas caixas: a branca e a preta 283
15.7. Tecnologia e semântica sem compreensão/interpretação. Antropomorfização: risco de terceirização da decisão 284
15.8. A variância e a metódica da pesquisa: os significados e o contexto envolvendo o julgador. Modelagem para um suporte personalizado 286
15.9. Considerações finais 287
Referências 288

16
A RESOLUÇÃO N. 615/2025 DO CNJ SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO SOB O OLHAR DA LITERATURA ESPECIALIZADA: RESULTADOS PARCIAIS DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA 291
Saulo Pinto Coelho, Caio Celso Bueno de Moura e Samuel Gobbi

16.1. Introdução 292
16.2. Protocolo de revisão sistemática de literatura empregado na pesquisa 295
16.2.1. Varredura exploratória para definição dos descritores de pesquisa 296
16.2.2. Consolidação dos descritores, estruturação das expressões de busca (strings e booleanos) e demonstração das buscas realizadas 299
16.2.3. Critérios de elegibilidade, de triagem em duas fases e razões de exclusão 302

16.2.4. Limites metodológicos, falseabilidade e estágio atual da revisão sistemática 305
16.3. Resultados parciais alcançados e discussão 306
16.3.1. Corpus final selecionado: Repositório da Literatura Especializada sobre a Resolução 615/2025 do CNJ 307
16.3.2. O que a análise parcial dos textos já nos permite afirmar 315
16.3.3. Análise de Escopo do Repositório identificado na RSL 315
16.3.3.1. Principais temas do debate 316
16.3.3.2. Posição avaliativa dos textos 317
16.4. Considerações finais provisórias 319
Referências 320

17
O BRASIL NO PANORAMA GLOBAL DE IA NO JUDICIÁRIO: AVANÇOS E DESAFIOS DA RESOLUÇÃO CNJ 615/2025 327
Luciana Romano Morilas

17.1. Introdução 327
17.2. Conceitos fundamentais 329
17.3. Análise Comparada 332
17.3.1. O panorama na América Latina 335
17.3.2. A Resolução CNJ 615/2025: avanços regulatórios em perspectiva comparada 336
17.4. Discussão 337
17.5. Conclusões 340
17.6. Declaração de uso de inteligência artificial 341
Referências 341
Referências normativas e documentais 343

18
PROTOCOLO PARA INCIDENTES DE IA COM VIÉS DISCRIMINATÓRIO: UMA ANÁLISE DO ART. 8º DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 615/2025 345
Álisson José Maia Melo

18.1. Introdução 345
18.2. O pioneirismo da Resolução CNJ nº 615/2025 347
18.3. O caput do art. 8º e a regra de antidiscriminação 351
18.4. O § 1º do art. 8º e as medidas preventivas 353

18.5. O § 2º do art. 8º e as medidas corretivas 356
18.6. O § 3º do art. 8º e a descontinuação obrigatória 360
18.7. Protocolo para incidentes de IA diante da ocorrência de viés discriminatório 362
18.8. Conclusão 365
Referências 366

19

A ATROFIA EPISTÊMICA É O CUSTO OCULTO DA EFICIÊNCIA? MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA, ZONA DE CONFORTO DECISÓRIA E INTEGRIDADE INSTITUCIONAL SOB A RESOLUÇÃO Nº 615/2025 DO CNJ 369

Heloisa Helena de Almeida Portugal, Jefferson Patrik Germinari e Valter Moura do Carmo

19.1. Introdução 370
19.2. Mediação tecnológica e Resolução nº 615/2025: da eficácia processual ao problema oculto 373
19.3. Atrofia epistêmica e zona de conforto decisória: fundamentos teórico-filosóficos 377
19.4. Alteridade, Direitos Humanos e integridade institucional: uma lacuna ontológica confirmada 382
19.5. Considerações finais 385
Referências 387